

Resenha do livro:

ASSUNÇÃO, P. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 512 p.

*Resenha por Flávio Massami Martins Ruckstadter*

*Mestrando em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá; e-mail: [ruckstadter@bol.com.br](mailto:ruckstadter@bol.com.br)*

Paulo de Assunção é atualmente professor da Universidade São Judas Tadeu (USJT), na Faculdade de Letras, Artes, Comunicação e Ciências da Educação. Doutor em História, título obtido no ano de 2001, na Universidade de São Paulo (USP), cursa Pós-Doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*, em Paris, na França. O autor, que além deste livro tem mais três publicados sobre o assunto, apresenta uma continuidade em sua obra, com investigações sobre o período colonial, especialmente sobre os missionários inicianos, que foram responsáveis pela conquista espiritual destas terras. Além dos livros, Assunção tem vários artigos publicados em revistas especializadas sobre o tema.

Os jesuítas desempenharam um papel de destaque na colonização do Novo Mundo, especialmente do Brasil. A Ordem, que foi fundada em 1540 por Inácio de Loyola, nasceu com um caráter missionário e aos poucos ganhou também um propósito educacional. No âmbito dos acontecimentos que contestavam o poder da igreja romana, a Companhia de Jesus serviu como uma verdadeira arma para esta igreja derrotar seus inimigos. Os padres inicianos apresentavam novidades em sua organização que se adequaram perfeitamente aos novos tempos; veja-se, por exemplo, a questão da clausura. Ao contrário de ordens medievais, os jesuítas não se trancafiavam em um mosteiro; iam para o mundo, onde quer que fossem enviados pelo padre Geral da Companhia ou pelo Papa, pregando a fé católica em busca de novos fiéis. Dessa maneira, pode-se entender porque o Novo Mundo teve a marcante presença destes homens: eles estavam dispostos ao duro trabalho, sem questionar, obedecendo sempre. Tal como dizia seu lema: *Para maior glória de Deus*.

O livro, que aqui se apresenta como fruto da pesquisa de doutorado de Assunção, interessa àqueles que se dedicam ao estudo do período colonial, especialmente sobre a

atuação dos jesuítas e sua participação na formação cultural brasileira. Como o próprio autor atesta em sua introdução, poucos são os estudos confiáveis a respeito do tema; em geral, o que se percebe, com algumas exceções evidentemente, é uma literatura romantizada: por um lado, antijesuítica, seguindo o modelo que se instaurou na Europa a partir do final do século XVIII e, por outro, “pró-jesuítica”, liderada principalmente pelos próprios padres da Companhia, que buscaram, naturalmente, enaltecer os feitos de seus companheiros. Nesse sentido, o problema do qual parte o trabalho é saber qual teria sido a real ingerência da Companhia de Jesus nos negócios portugueses. Além disso, o autor se questiona sobre as práticas jesuíticas no âmbito temporal, que teriam levado à expulsão da Ordem das terras portuguesas, e que os levou a serem vistos como nocivos por certos setores da sociedade.<sup>1</sup> Segundo o autor, um trabalho sobre a economia jesuítica contribui para compreender de que forma o projeto catequético-educacional se sustentou.

[...] Recentemente, foram realizados alguns trabalhos específicos que tratam da administração das propriedades dos bens inicianos, demonstrando que estudos mais detalhados sobre as práticas econômicas dos jesuítas são de suma importância para a compreensão de como o projeto catequético e educacional foi sustentado. (Assunção, 2004: 22)

O objetivo central do trabalho é analisar de que forma os jesuítas da América Portuguesa estiveram atentos a um complexo sistema produtivo que incluía, entre outros, o cultivo da terra, a exploração do trabalho escravo, os problemas com equipamentos e técnicas de produção, o controle do estoque, o transporte ou a venda daquilo que era produzido. Para alcançar tal objetivo, *Negócios jesuíticos* é dividido e composto de sete partes, e contém ainda, vastas informações documentais, em anexos.

Na Parte I, intitulada *A expulsão dos Nefastos*, Assunção faz uma contextualização delimitando sua abordagem: a atuação jesuítica no âmbito temporal durante o período colonial. Nesta parte, o autor percorre a história da Companhia de Jesus (até 1759), mostrando como os jesuítas, na época de sua expulsão, haviam se tornado um elemento nocivo à saúde do Estado Português. Discute ainda, como foi tomando forma a corrente antijesuítica, já durante o século XVII, durante o Generalato de Múcio Vitelleschi (1615-1645), quando começou a circular pela Europa a *Monita Secreta*, texto de autoria

desconhecida, tido como uma consubstanciação de uma legislação secreta, que revelava intuítos pouco escrupulosos da Companhia.

Na Parte II, *A Companhia de Jesus em Portugal: uma empresa de vulto*, o autor trata especialmente sobre as práticas mais comuns no Reino de Portugal, que permitiram aos membros da Companhia de Jesus edificar seu grande império. Dentre estas práticas, destaca-se a de doações para a igreja, principalmente por parte dos reis. Além disso, Assunção fala também sobre o regime do padroado.<sup>2</sup> O autor demonstra que, ao assumir um papel de influência no seio da sociedade portuguesa, em suas práticas políticas, e ainda, como detentores de propriedades e benefícios, os jesuítas se transformaram em alvo fácil para seus opositores, que viam em suas ações e em seus interesses, uma aproximação muito maior com o temporal do que com o espiritual.

A Parte III, *Os jesuítas na América Portuguesa: esta terra é a nossa empresa*, trata-se de uma análise sobre a construção do império jesuítico em terras portuguesas no Novo Mundo. As práticas que eram comuns na Metrópole, não se modificaram na Colônia; os jesuítas também foram muito favorecidos nestas terras. Assunção mostra que o próprio rei D. João III, em 1554, por meio de carta enviada a Duarte da Costa, confirmava sua vontade em favorecer os padres inicianos, em virtude de seu trabalho missionário entre os novos súditos. Aos poucos, o autor demonstra como foi tomando forma o império jesuítico na colônia, império este, que em 1759 levou à sua expulsão, como podemos ler: *Desta forma, a Companhia de Jesus era uma grande máquina comercial que deveria ser atalhada o mais breve possível pelas práticas inadequadas de comércio que lesavam os cofres públicos.* (Assunção, 2004: 209)

Na Parte IV, *Do exercício da fé ao exercício temporal*, o autor discute como os jesuítas foram paulatinamente incorporando novos valores para dar prosseguimento ao trabalho missionário e, conseqüentemente, acabaram aumentando a instituição. Já no século XVI, o direcionamento da Ordem estava sendo definido: por um lado, o Pe. Manuel da Nóbrega defendia a posse de bens materiais e a utilização de mão-de-obra escrava para o crescimento da Ordem e, por outro, o Pe. Luis da Grã defendia o ideal de pobreza, sendo contrário à incorporação de bens de raiz e à utilização de escravos. Não é necessário dizer qual proposta foi vitoriosa neste embate. E Assunção (2004: 251) afirma que:

A preocupação com o cultivo e a exploração das terras de forma a garantir a estrutura da Companhia colocou-a em consonância com a lógica da colonização da época moderna. O empreendimento jesuítico era parte de uma ação colonizadora que almejava, por meio da circulação de mercadorias, efetivar o poder da fé.

Neste capítulo, ainda, Assunção discute sobre o sistema de comunicação dos padres, que, por meio de missivas, propiciou uma rede de ligação muito forte e eficiente da “cabeça com o corpo”, isto é, entre superiores e subalternos. O autor nos atenta para o fato de que as cartas que discutiam a economia jesuítica, isto é, a administração dos bens da Companhia de Jesus, receberam pouca atenção da historiografia.

A Parte V, *A administração dos bens divinos*, mostra como os jesuítas foram eficientes na administração de suas posses. Pode-se afirmar que os religiosos eram zelosos na contabilidade, registrando com detalhes, a quantidade da produção, os lucros obtidos com as vendas, os prejuízos, as dívidas pagas e as pendentes. Além disso, os padres-procuradores sempre visitavam os colégios para evitar desvios e exercer um controle ainda maior. Assunção demonstra como o comércio entre os colégios favorecia os jesuítas, especialmente em tempos de crise, pois, dessa maneira, os membros da Ordem não estavam sujeitos aos produtos coloniais que tinham um preço mais elevado em virtude dos impostos. Devido aos benefícios a eles concedidos, muitos tributos não precisavam ser pagos. Por outro lado, o autor mostra que o consumo de produtos que vinham de colégios europeus era visto pela população como um conforto material exagerado. Ainda sobre a percepção que a população tinha dos jesuítas, o autor considera que:

Para a maioria da população os jesuítas eram “homens de negócio”, pois fabricavam açúcar, vendiam gado, exploravam produtos naturais, operando o sistema como uma empresa, assumindo riscos, além de demonstrarem interesses de otimização dos lucros e redução das perdas e agirem como agentes comerciais na venda de produtos. (2004: 353)

Na Parte VI, *Um patrimônio entre privilégios e demandas*, Assunção discute de que forma os favorecimentos reais foram crescendo na mesma medida que o monarca necessitava do auxílio dos religiosos junto à sociedade para assegurar o seu domínio sobre ela. Nesse sentido, o envolvimento da Companhia de Jesus com a estrutura burocrática da

colônia foi inevitável. Os padres acabaram se tornando colonos, isto é, defendendo suas propriedades tal qual os colonos faziam, valendo-se, no entanto, do prestígio que tinham junto às autoridades. Além disso, o autor mostra que existiram inúmeras disputas internas na Ordem que geravam na sociedade uma visão negativa, de que os padres eram gananciosos e que almejavam muitas riquezas temporais.

A Parte VII, *Os descaminhos dos negócios jesuíticos*, trata-se de uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos administradores, especialmente aquelas vindas do próprio interior da Ordem. Pois, como bem atesta Assunção, nem todos os padres foram exemplos de vida e de dignidade; várias práticas censuráveis eram apontadas não apenas pelos opositores na sociedade, mas também pelos próprios companheiros, o que gerava graves danos à imagem da Companhia. O autor menciona também sobre os preconceitos para com os mulatos e os pardos que ingressavam na Ordem; era atribuída a estas pessoas, a falta de perseverança e maus costumes.

O que fica claro em *Negócios Jesuíticos*, é que a Companhia de Jesus foi se adaptando a uma realidade diferente daquela que os primeiros companheiros conheceram na Europa. Nesse sentido, o autor fez uma análise muito boa, percebendo estas adaptações e buscando um “meio-termo” entre as posições que geralmente se apresentam neste tipo de estudo. Finalmente, podemos dizer que a partir deste belíssimo trabalho foi fornecida uma grande contribuição para todos os estudiosos do Brasil Colonial. Mais ainda: ajuda a compreender as bases de nossa formação cultural. Além disso, Assunção demonstrou um rigor metodológico digno de louvor, especialmente no que diz respeito à pesquisa documental.

---

<sup>1</sup> A lei que expulsou os jesuítas de todos os territórios portugueses foi sancionada em 03/09/1759, pelo rei D. José I.

<sup>2</sup> O padroado era um regime que garantia ao Rei de Portugal jurisdição sobre alguns aspectos da administração eclesiástica, entre os quais, ereção de dioceses. Sua origem é medieval e caracterizou a ocupação colonial na América, África e Ásia, onde os padres realizaram grande parte das tarefas de organização e manutenção dos aparelhos do Estado Português.